

## Educação do olhar: currículo como tecnologia de governo

**SCHNEIDER, Daniela da Cruz<sup>1</sup>;**  
**VIEIRA, Jarbas Santos dos<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em Educação – FaE/UFPel- danic.schneider@gmail.com

<sup>2</sup> Programa de Pós-Graduação em Educação – FaE/UFPel – jarbas.vieira@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

Este texto estrutura-se sob duas proposições: a primeira delas diz respeito ao currículo, tratado aqui a partir de uma construção teórica que o aborda como tecnologia de governo. Enquanto a outra se encarrega dos Parâmetros Curriculares Nacionais Artes Visuais (ens. Fundamental – 5<sup>a</sup>/8<sup>a</sup> séries), compreendidos como “autores” de uma certa *educação do olhar*.

O trabalho diz respeito à escritura de uma dissertação de Mestrado em Educação, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação – FaE/UFPel. O assunto aqui problematizado não é objeto específico da Dissertação. No entanto, configura-se como propulsor que está desencadeando uma série de outras problematizações. Ele é anterior ao problema de pesquisa, mas ao mesmo tempo age diretamente sobre.

Tem por objetivo central a construção conceitual que diga de um currículo como tecnologia de governo. Realizada através de uma análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais – Artes Visuais (Ens. Fundamental), no documento as pistas para se pensar em uma educação do olhar, e essa, por sua vez, produzida através dessa concepção de currículo.

Para tal empreendimento, utilizo-me de um referencial teórico perspectivado pelos estudos foucaultianos. Regulação, auto-regulação, governo, tecnologias do eu, educação moral, são alguns termos que dão direção ao ensaio e reconhecidamente pertinente a um conjunto de aforismos atribuídos aos escritos de Michel Foucault.

### 2. MATERIAL E MÉTODOS

Neste momento o trabalho enquadra-se como uma pesquisa bibliográfica, entrecruzando os textos dos Parâmetros Curriculares Nacionais – Artes Visuais (Ens. Fundamental), analisando os objetivos e critérios de avaliação, e a construção conceitual já exposta. Esse diálogo tem por finalidade evidenciar a formação de um olhar educado, resultado de um currículo que funciona como tecnologia de governo.

Cabe ressaltar que a análise de currículo a qual compreende esse estudo é do currículo como texto, documento, não visa, à princípio, sua constatação e/ou verificação no campo das práticas pedagógicas, é anterior à sala de aula.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O *governo*, a partir do referencial foucaultiano, diz respeito aos modos de agir sobre e a partir da subjetividade. Ele está diretamente relacionado a transformação do sujeito em uma direção prevista, calculada. Essa noção de governo está posta no pensamento foucaultiano como ação do próprio sujeito em

relação a si, como de outrem, seja o outro um indivíduo ou representativo de uma instituição.

O que abordo aqui é o currículo como uma tecnologia de governo da subjetividade. Assim, o poder a que me refiro está ligado a condução dos sujeitos a uma determinada postura, a uma moral premeditadamente construída.

O sujeito deste governo é ressignificado como um sujeito de necessidade, atitudes e relações. Sujeito objetivado como 'social', produzido pelas normas de um 'social', sem nenhuma exterioridade, e governado pelo nexos entre segurança, paz e prosperidade, alicerçadas pelo Estado de Bem-Estar Social. (CORAZZA, 2004, p. 84)

Para atingir um fim, o sujeito é *governado* (através de auto-regulação ou por outrem), subjetivado para obter um conjunto de competências e habilidades que o permitem estar/alcançar o "estado" desejado/esperado. É partir destes pressupostos, que se pode compreender o currículo como uma tecnologia de governo.

O sujeito não existe: ele é aquilo que fazemos dele. Subjetividade é um artefato, é uma criatura, das relações de poder; ela não pode, pois, fundar uma ação contra o poder. É esse precisamente o sentido da expressão 'tecnologias da subjetividade: a subjetividade é um efeito, não a origem. (SILVA, 1998, p. 07)

Governo este que age na matéria subjetiva, regulando as experiências de si, capturando as tecnologias do eu. Todo este empenho é feito para a construção de um sujeito normatizado, que, alfabetizado pela gramática de uma moral específica, relaciona-se com o mundo a partir de experiências reguladas. É também, e sobretudo, um sujeito que vê o mundo de uma determinada maneira. Tem seu olhar educado por essa moral. Tem suas experiências estéticas moduladas, enquadradas... um olhar objetivo e propositado.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) relativos às Artes Visuais está no volume 6 (Arte) das publicações dos documentos do Ensino Fundamental. Esse volume contempla 4 áreas das artes (Artes Visuais, Dança, Música e Teatro), institucionalizadas pelo sistema educativo brasileiro, tornadas área do conhecimento.

Alguns termos presentes no documento são de especial interesse para este estudo, como "competências", "habilidade", "comunicação", "respeito". Ao lê-lo, pode-se perceber que estes termos são largamente utilizados e dizem respeito a uma determinada educação estética. A exemplo disso, recorro a seguinte passagem: "(...) o aluno poderá desenvolver sua competência estética e artística nas diversas modalidades da área de Arte (...)." (PCN, 1997, p. 53). Ou seja, nesta e em outras objetivações do documento, fica clara a direta relação entre educação e competência. O aluno deve desenvolver competências, adquirir determinadas habilidades, a fim de obter um olhar *educado* para as artes visuais.

As competências listadas no documento dizem respeito a uma determinada postura que o aluno deve tomar, quando em relação com a produção artística, como seu olhar deve direcionar-se a ela. Nesse caso, não é possível falar em "mediação", o que acontece é uma regulação moral do olhar, uma vez que são estabelecidas as regras para que os alunos encontrem-se com a produção artística. Exige do aluno uma transformação da própria experiência de si, no momento em que predizem de que formas este aluno deve deixar-se *afectar* com determinado objeto artístico/cultural e controlam a expressão destes em relação ao objeto. Os objetivos dizem como os alunos devem observar, como

experimental, como identificar. É uma lista a ser cumprida, que reafirma sua autoridade sobre essa educação do olhar.

Jorge Larrosa (1998) diz que a educação moral deve ser entendida como uma interrogação do eu, a fim de que se torne público. Por meio da interrogação, se produz o Eu. E a interrogação é exterior a este Eu, ela é proposta com vistas em um determinado objetivo, posto pela exterioridade do sujeito, que, no momento em que se permite, deixa-se pensar através das interrogações postas, estreitando os limites entre interioridade e exterioridade, tomando como seus os objetivos propostos por outrem. “É ao aprender os princípios dessa gramática que o Eu é construído.” (LARROSA, 1998, p.61), ou seja, é apreendendo procedimentos da gramática de interrogação que o sujeito subjetiva-se, transformando a própria de experiência de si.

Isso pode ser verificado nas atividades em que o aluno deve expressar-se, seja em relação ao seu produto artístico, seja do colega ou uma cultura diversa da sua. Infere-se que esta exposição do eu, por meio de interrogações que dizem das suas impressões, sensações, seus critérios de gosto, está diretamente relacionada a uma inspeção, que possibilita por sua vez uma determinada avaliação, um cálculo. O que se sente, pensa, gosta, as sensações postas por meio da linguagem é que são matéria do governo. É a partir da mensuração e qualificação da fala a respeito de, que as medidas de regulação agem.

Com respeito ao eu específico que é construído na educação moral, as crianças aprendem duas coisas ao mesmo tempo: por um lado, as características específicas da gramática de auto-interrogação e exibição pessoal que ocorrem na educação moral; e por outro lado, a classificação dessa gramática como uma gramática moral. (LARROSA, 1998, p. 61)

Assim, o sujeito construído pedagogicamente está exposto a uma determinada moral, mas não só isso, ele se constrói dentro e a partir dessa moral. E a educação se dá por meio da retenção da gramática moral, compreendendo o que é a moral e como deve expor sua apreensão nos exercícios que solicitem sua manifestação pública. O Eu está incondicionalmente [im]posto na e pela linguagem. Neste jogo de relações, “o sujeito produz textos, mas ao mesmo tempo, os textos produzem o sujeito. As práticas discursivas produzem, ao mesmo tempo, os textos e a identidade de seus autores.” (LARROSA, 1998, p.62)

Na seqüência, Jorge Larrosa diz que a educação moral se dá pela aquisição não de conhecimentos em si, mas de procedimentos. Isso é verificável nos critérios de avaliação e objetivos da área de arte presentes nos PCNs – Arte. A atenção está nos procedimentos, processos, metodologias para lidar com o conhecimento artístico, mas elas não dizem do conhecimento, não falam qual conhecimento.

Desta forma, o sujeito pedagógico formado por esse currículo, está imerso dentro de uma condição moral, que deve ser adquirida, mas, principalmente, seu procedimentos devem ser incorporados pelos alunos, de modo a criar processos de auto-governo e auto-regulação.

Assim, os PCNs-Artes Visuais, como textos proponentes e regulativos, estão em ampla consonância com a concepção de currículo como tecnologia de governo, funcionando

enquanto uma das formas privilegiadas de governamentalizar o Estado. Forma disposta por técnicas de poder, modos de saber e efeitos de verdade, que positivam a educação moral dos escolarizados; fazem da administração de sua subjetividade uma

importante tecnologia de governo; e transformam o campo do currículo numa nova, abrangente e eficaz tática de governo do Estado. (CORAZZA, 2004, p. 80)

#### 4. CONCLUSÕES

Como exposto, a concepção do currículo como tecnologia de governo está arquitetada em uma pedagogia psico-construtivista, que tem por finalidade uma educação moral. O ensino de arte, submetido como área de conhecimento oficialmente reconhecido, compromete-se com essa diretriz curricular. Formando sujeitos com olhares modulados. Dando as regras para se apreender o mundo.

Ao abordar o currículo como uma tecnologia de governo e, mais especificamente, a partir da análise dos PCNs – Artes Visuais, dizer de uma educação/formatação do olhar produto desse currículo, proponho desvios. O que gostaria de vislumbrar seriam outros pensamentos pensando, outros movimentos que promovessem um levante, mas sem intenções de estabelecer verdades. De possibilitar olhares que não fossem educados, porém totalmente desregrados, donos de liberdades não-reguladas. E assim, comprometidos com uma educação estética e do olhar criador, de *devir-criação*. Com uma abertura do olhar, para proceder fora de universais e objetivos que modulem as formas de sentir o mundo. As problematizações feitas a partir desse trabalho, me levam a pensar em uma educação da criação, efêmera. Uma educação que permita o movimento incessante de criação de linhas de fuga, que possibilite a des-educação dos olhares e dos meios de se olhar para a própria educação.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORAZZA, Sandra Mara. *O que quer um currículo? Pesquisas pós-críticas em Educação*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2004.

GARCIA, Maria Manuela Alves. *Pedagogias Críticas e Subjetivação: uma perspectiva foucaultiana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LARROSA, Jorge. *A construção pedagógica do sujeito moral*. IN: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Pedagogias Reguladas: A pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. *Tecnologias do Eu e Educação*. IN: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *O sujeito da educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

Parâmetros Curriculares Nacionais: arte/ Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

ROSE, Nikolas. *Governando a alma: a formação do eu privado*. IN: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Pedagogias Reguladas: A pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. (pág. 30-45)

SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Pedagogias Reguladas: A pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. *O sujeito da educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.